

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Edital 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	WEBBER TAVARES DE CARVALHO	11/06/2026 11:47 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	240/2026	03604.000468/2026-31

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90011/2026

GERENCIADOR (UASG)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (114601)

OBJETO

Aquisição de veículos leves (4x2 e 4x4), vans (para transporte de passageiros) e caminhões, através do Sistema de Registro de Preços (SRP)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 152.215.575,34 (cento e cinquenta e dois milhões, duzentos e quinze mil, quinhentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **29/06/2026** às **10:00hs** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço por item

Modo de disputa: aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

(Processo Administrativo nº 03604.000468/2026-31)

Torna-se público que a FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, por meio da Gerência de Materiais e Serviços, subordinada à Coordenação de Recursos Materiais - Diretoria Executiva, sediada Avenida Franklin Roosevelt, 166, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de veículos leves (4x2 e 4x4), vans (para transporte de passageiros) e caminhões, através do Sistema de Registro de Preços (SRP), com vistas a atender a estrutura necessária à realização do 12º Censo Agropecuário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de eventual discordância existente entre as especificações descritas no sistema de Catálogo CATMAT /CATSER do Compras.gov e as especificações constantes nos anexos deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Nos itens **03 e 04** será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.7. Nos itens **01 e 02** não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.8.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.8.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.8.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.8.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.8.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.8.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.8.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.8.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11. Sociedades cooperativas;

3.8.12. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.13. Pessoas físicas.

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.4 e 3.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.4.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário unitário e total do item;

6.1.2. Modelo;

6.1.3. Fabricante.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.28. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.18.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.3. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. Empresas brasileiras;

7.21.2. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. Contiver vícios insanáveis;

8.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação da proposta, cópia da Etiqueta do produto ofertado, caso o

fabricante tenha aderido ao PBE Veicular, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o veículo possui eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, B, C ou D para comprovação do nível de eficiência energética exigida no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **cópia digital**.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas horas, para:

9.13.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 07 (sete) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. Interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados ~~no sítio eletrônico~~ via solicitação enviada para o endereço eletrônico: *licitacoes@ibge.gov.br*.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. Fraudar a licitação;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: para o endereço eletrônico - licitacoes@ibge.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/licitacoes-e-contratos.html>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1 Anexo I do TR - REQUISITOS MÍNIMOS VEÍCULOS

16.11.1.2. Apêndice I do TR - ETP 35/2026

16.11.1.2.1. Anexo I do ETP - Histórico de desfazimentos

16.11.2. Anexo II - Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo IV - Modelo de Proposta Comercial.

Rio de Janeiro, na data da assinatura eletrônica.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WEBBER TAVARES DE CARVALHO

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 11:47:54.

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Termo de Referência 58/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
58/2026	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	RENAN MUNIZ FRANCO	27/05/2026 14:56 (v 0.12)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		03604.000468/2026-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 03604.000468/2026-31)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de veículos leves (4x2 e 4x4), vans (para transporte de passageiros) e caminhões, através do Sistema de Registro de Preços (SRP) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	AUTOMÓVEL 4 X 4,conforme especificações mínimas descritas no Anexo I	631334	Unidade	400	R\$ 243.599,28	R\$ 97.439.712,00
2	AUTOMÓVEL 4 X 2, conforme especificações mínimas descritas no Anexo I	482079	Unidade	374	R\$ 137.941,00	R\$ 51.589.934,00
3	AUTOMÓVEL VAN, conforme especificações	256729	Unidade	6	R\$ 370.750,00	R\$ 2.224.500,00

	mínimas descritas no Anexo I					
4	AUTOMÓVEL CAMINHÃO, conforme especificações mínimas descritas no Anexo I	620526	Unidade	2	R\$ 480.714,67	R\$ 961.429,34
Total Geral					R\$ 152.215.575,34	

1.1.1. Conforme justificativa aposta no Estudo Técnico Preliminar, item 4.2.5, na presente Licitação não será admitida a participação de outras UASGs.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. Conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, os CATMATS constantes na tabela do item 1.1 são aqueles que mais se aproximaram das necessidades do órgão gerenciador, deste modo deverá, o Licitante, atentar-se as especificações constantes no Anexo I

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses**, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 33787094000140-0-000019/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 06/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 311;
- IV) Classe/Grupo: 2320 - VEÍCULOS SOBRE RODAS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 114601-240/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável (etanol, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998. Admitindo-se motorização diesel, desde que em conformidade com os requisitos legais vigentes, para os veículos assim especificados (por exemplo os Ônibus, Vans, etc).

4.1.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.1.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.1.4. Para o item 2 (4x2) só será admitido a oferta de veículos que possuam eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A ou B do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), na Comparação Relativa na Categoria. Para os itens 1, 3 e 4 (4x4, vans e caminhões) será admitido oferta de veículos que possuam eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, B, C ou D do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), na Comparação Relativa na Categoria.

4.1.5. Todos os veículos deverão ser equipados com itens de segurança exigidos por lei.

4.1.6. Considerando que a fabricação/industrialização de veículos automotores se enquadra nas atividades previstas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.7. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.1.7.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.1.7.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: (a) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; (b) lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; (c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e (d) outras formas vedadas pelo poder público

4.1.8. As exigências de sustentabilidade visam contribuir para as ações de estímulo do uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, reduzindo o impacto negativo das atividades do Órgão no meio ambiente com a adequada gestão de resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de segurança e da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

4.1.9. Registro no Programa Mover, conforme **Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024**, cujo os requisitos são disciplinados no **Decreto nº 12.435, de 2025**.

Da exigência de amostra

4.2. Conforme justificativas apontadas no item 4.3. do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, não se faz necessária a apresentação de amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, conforme art. 1º da Lei nº 6.729 de 28 de Novembro de 1979, de acordo com as justificativas contidas no item 4.12 do Estudo Técnico Preliminar.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6. Conforme justificativas apostas no item 4.7. do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, não haverá reserva de cotas para micro e pequenas empresas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, contados do(a) assinatura do contrato firmado, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nas concessionárias das capitais de cada estado da federação e no Distrito Federal.

5.3.1. O licitante deverá declarar que possui concessionárias em cada capital dos Estados da federação. Aqueles que em algumas capitais não possuam as concessionárias, deverão no prazo de até 30 dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, apresentar credenciados, contendo:

- i. nome do credenciado,
- ii. nome do representante legal,
- iii. telefone comercial,
- iv. telefone celular,
- v. endereço completo onde farão as entregas e revisões no prazo de garantia de 24 (vinte quatro) meses.

5.3.2. Será formada uma Comissão de Recebimento provisório por estado da federação, que fará a inspeção in loco e retirada dos veículos na concessionária indicada conforme critérios definidos no Termo de Referência.

5.3.3. Os locais de entrega e estimativa dos itens registrados pelo Órgão Gerenciador serão informados junto ao contrato e conterão todos os dados necessários da empresa a ser contratada e dos produtos a serem fornecidos, considerando a distribuição por Unidade da Federação.

5.3.4. Os locais de entrega e os quantitativos estimados podem sofrer alterações, visto que o crédito orçamentário provém do orçamento do 12º Censo Agro.

5.3.5. Os veículos deverão ser entregues com toda a documentação CRVL e emplacados em nome do instituto, conforme dados estipulados no contrato. Registra-se que o IBGE é uma autarquia federal e, portanto, está isenta de pagamento de IPVA

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.1. A garantia deve abranger a manutenção corretiva, incluindo substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, realizados pela Concessionária ou Credenciado que entregou o (s) Veículo (s) ou por assistência técnica autorizada, conforme normas técnicas específicas.

5.4.2. Excluem-se do escopo definido no item anterior, os casos em que de forma incontestável, restar comprovado que o defeito apresentado decorreu de ação da Contratante, ou daquele que agiu à serviço desta.

5.4.3. Para efeitos do disposto no item 5.4.2, deverá a Contratada, quando cabível, apresentar laudo técnico que demonstre não ser da sua alçada a responsabilidade pela manutenção corretiva necessária.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **20 (vinte)** dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 **(dez)** dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10 % (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 12,5 % (doze e meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/04/2026.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.30.1. Caso a empresa em fase de habilitação seja a montadora/fabricante dos veículos, deverá apresentar registro junto ao CREA da região onde se situa a fábrica.

9.30.2. A exigência disposta no item anterior está consonante ao que dispõe o art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e a Resolução nº 1.121, de 13 de Dezembro de 2019, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

9.30.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Para todos os itens: Comprovar fornecimento de veículos automotores de natureza similar à exigida, em quantidade igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total estimado para aquisição, de modo a comprovar a capacidade logística e operacional da licitante para entregas de grande escala; e

9.31.1.2. Para os itens 1 e 2: Declaração que possui estrutura para a entrega e distribuição de veículos em âmbito nacional, demonstrando a disponibilidade de rede de assistência técnica autorizada ou rede credenciada de acordo com o item 5.4, deste Termo de Referência.

9.31.1.3. Para os itens 3 e 4: Declaração que possui estrutura para a entrega e distribuição de veículos em âmbito regional do Rio de Janeiro/RJ, demonstrando a disponibilidade de rede de assistência técnica autorizada ou rede credenciada de acordo com o item 5.4, deste Termo de Referência.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, cujo os requisitos são disciplinados no Decreto nº 12.435, de 2025.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 152.215.575,34 (cento e cinquenta e dois milhões duzentos e quinze mil quinhentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



Documento assinado digitalmente
RENAN MUNIZ FRANCO
Data: 27/05/2026 21:16:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rio de Janeiro, na data da assinatura eletrônica

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

13.1. Não será utilizado nesta contratação o instrumento substitutivo ao contrato

14. ANEXO II

14.1. Não será utilizado nesta contratação o instrumento substitutivo ao contrato.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENAN MUNIZ FRANCO

Equipe de Planejamento - Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 14:56:10.

ANEXO - I



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Diretoria Executiva
Coordenação de Recursos Materiais

ANEXO I - REQUISITOS MÍNIMOS VEÍCULOS 4X4, VEÍCULOS 4X2, VANS E CAMINHÕES
PREGÃO 9000X/2026

Processo: 03604.000468/2026-31

1. Para o item 2 (4x2) só será admitido a oferta de veículos que possuam eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A ou B do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), na Comparação Relativa na Categoria. Para os itens 1, 3 e 4 (4x4, vans e caminhões) será admitido oferta de veículos que possuam eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, B, C ou D do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), na Comparação Relativa na Categoria

2. Não será admitida a oferta de veículo tipo "híbrido".

3. Referente ao item 2.7.e - Altura do solo, para fins de padronização, os valores numéricos compreendidos no intervalo de 18,6 a 18,9 serão arredondados para 19, seguindo o critério de arredondamento para o número inteiro mais próximo, conforme as diretrizes da ABNT NBR 5891.

ANEXO I - AUTOMÓVEL TIPO 1 - 4 X 4		ANEXO I - AUTOMÓVEL TIPO 2- 4 X 2	
Especificações técnicas			
1		2	
1.1	Características mínimas	2.1	Características mínimas
a)	Cabine dupla com capacidade para 5 (cinco) passageiros, com motorista	a)	Veículo com capacidade para 5 (cinco) passageiros, com motorista
b)	4 portas	b)	4 portas
c)	Cor branca	c)	Cor branca
d)	Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano de fabricação da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo cuja versão seja a mais atualizada evitando adquirir um modelo anterior	d)	Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano de fabricação da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo cuja versão seja a mais atualizada evitando adquirir um modelo anterior

e)	Veículo automotor, tipo camionete pick-up, montada sob estrutura de chassi ou monobloco, com carroceria em aço e original de fábrica, compartimentos de passageiro e carga em ambientes separados, pintura original de fábrica, dotada com capota marítima	e)	Veículo automotor, montada sob estrutura de chassi ou monobloco, com carroceria em aço e original de fábrica, compartimentos de passageiro e carga em ambientes separados, pintura original de fábrica.
1.2	Motorização	2.2	Motorização
a)	Potência mínima 190 cv	a)	Potência mínima de 98 cv
b)	Combustível: diesel	b)	Combustível: gasolina / álcool
c)	Número de cilindros: 4 cilindros	c)	Número de cilindros: 3 cilindros
d)	Aspiração: turbocompressor	d)	Aspiração: turboalimentado ou natural
1.3	Transmissão	2.3	Transmissão
a)	Automática, com mínimo de 6 (seis) velocidades, sendo 1 de ré	a)	Manual, com mínimo de 6 (seis) velocidades, sendo 1 de ré
1.4	Suspensão	2.4	Suspensão
a)	Dianteira: independente com molas helicoidais e barra estabilizadora ou braços sobrepostos ou oscilantes. Traseira: independente e barra estabilizadora, eixo rígido ou <i>multilink</i>	a)	Dianteira: independente traseira: eixo de torção
1.5	Freios	2.5	Freios
a)	Dianteiro: disco ventilados traseiro: tambor	a)	Dianteiro: discos ventilados ou sólidos Traseiro: tambor
1.6	Direção	2.6	Direção
a)	Direção: hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica, originais de fábrica	a)	Direção: hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica, originais de fábrica
b)	Pneus dianteiros e traseiros, no mínimo r16 ou superior	b)	Pneus dianteiros e traseiros, no mínimo r16 ou superior
1.7	Dimensões	2.7	Dimensões
a)	Comprimento entre 4.800 mm e 5.400 mm	a)	Comprimento: entre 4.000 mm e 4.500 mm
b)	Largura: entre 1.800 mm 1.918 mm	b)	Largura: entre 1.600 mm e 1.850 mm
c)	Altura do veículo mínima de 1.600	c)	Altura: entre 1.400mm e 1.850 mm
d)	Distância entre eixos: de 2.900 mm e 3.300 mm	d)	Distância entre eixos: de 2.500 mm e 2.700 mm
e)	Altura mínima do solo de 190 mm	e)	Altura mínima do solo de 190 mm
1.8	Equipamentos	2.8	Equipamentos
a)	Ar-condicionado de fábrica	a)	Ar-condicionado de fábrica
b)	Vidro elétrico de fábrica nas 4 portas	b)	Vidro elétrico de fábrica
c)	Trava elétrica de fábrica	c)	Trava elétrica de fábrica

d)	Airbag frontais e laterais de fábrica	d)	Airbag frontais e laterais de fábrica
e)	Desembaçador de vidro traseiro; limpador com temporizador com no mínimo 3 velocidades	e)	Desembaçador de vidro traseiro; limpador com temporizador com no mínimo 3 velocidades
f)	Lavador elétrico de para-brisa dianteiro	f)	Lavador elétrico de para-brisa dianteiro
g)	Espelhos retrovisores de ambos os lados com comandos internos elétricos ou mecânicos	g)	Espelhos retrovisores de ambos os lados com comandos internos elétricos ou mecânicos
h)	Protetor de Câter	h)	Protetor de Câter
i)	Tapetes de borracha nos locais destinados ao apoio de pés, incluindo motorista	i)	Tapetes de borracha nos locais destinados ao apoio de pés, incluindo motorista
j)	Demais equipamentos de série não especificados, obrigatórios exigidos pelo CONATRAN	j)	Demais equipamentos de série não especificados, obrigatórios exigidos pelo CONATRAN

ANEXO I - AUTOMÓVEL VAN - 16 LUGARES		ANEXO I -CAMINHÃO COM BAÚ	
	Especificações técnicas		
3	Características mínimas	4	Características mínimas
3.1		4.1	
a)	Capacidade: 15 passageiros, tração: dianteira e PBT: 3.500 kg	a)	Caminhão leve/VUC com baú de carga seca, cabine simples 3 lugares, tração 4 x 2; abertura de porta total na traseira do baú PBT mínima 5.000 kg
b)	3 portas	b)	2 portas dianteiras e 2 portas traseiras no baú
c)	Cor branca	c)	Cor branca
d)	Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano de fabricação da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo cuja versão seja a mais atualizada evitando adquirir um modelo anterior	d)	Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano de fabricação da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo cuja versão seja a mais atualizada evitando adquirir um modelo anterior
3.2	Motorização	4.2	Motorização
a)	Motor: 2.2 turbo diesel	a)	Motor turbo diesel
b)	Combustível: diesel	b)	Combustível: diesel
c)	Número de cilindros: 4 cilindros	c)	Número de cilindros: 4 cilindros
d)	Cilindrada: 2.143 cm³	d)	Cilindrada: 2998 cm³
e)	Potência: 136 cv	e)	Potência: 156 cv
f)	Alimentação: injeção direta	f)	Injeção: Cammon Rail
3.3	Transmissão	4.3	Transmissão

a)	Manual, com mínimo de 6 (seis) velocidades, sendo 1 de ré	a)	Manual, com mínimo de 6 (seis) velocidades, sendo 1 de ré
b)	Embreagem monodisco a seco		Embreagem: monodisco a seco
c)	Tração: dianteira ou traseira		Tração: traseira
3.4	Dimensões	4.4	Dimensões (chassi)
a)	Comprimento: 5.998 mm largura: 2.494 mm altura: 2.492 mm altura mínima do solo: 200 mm Entre eixos: 4.035 mm	a)	Comprimento: 5.440 mm largura: 2.025 mm altura da cabine: 2.280 mm diâmetro de giro: 10,9 m entre eixos: 3.000 mm
			Dimensões (baú)
		b)	Comprimento interno: 3,2 m a 3,6 m largura interna: ~2,1 m altura interna: 2,0 a 2,2 m volume: 14 a 16 m³ peso do baú: 450 a 650 kg (seco)
3.5	Suspensão	4.5	Suspensão
a))	Dianteira: independente <i>McPherson</i>	a)	Dianteira: independente com molas helicoidais, barra estabilizadora ou barra de torção
b)	Traseira: eixo rígido com molas semielípticas	b)	Traseira eixo rígido com molas parabólicas
3.6	Freios	4.6	Freios
a)	Dianteiro: disco ventilados. Traseiro: tambor ou sólido	a)	Dianteiro: disco ventilados. Traseiro: tambor ou sólido
3.7	Direção	4.7	Direção
a)	Direção: hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica, originais de fábrica	a)	Direção: hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica, originais de fábrica
3.8	Equipamentos	4.8	Equipamentos
a)	Ar-condicionado de fábrica	a)	Ar-condicionado de fábrica
b)	Vidro elétrico de fábrica na cabine dianteira	b)	Vidro elétrico de fábrica na cabine dianteira
c)	Trava elétrica de fábrica na cabine dianteira	c)	Trava elétrica de fábrica na cabine dianteira
d)	Air bag dianteiros de fábrica	d)	Air bag dianteiros de fábrica
e)	Desembaçador de vidro dianteiro, limpador com temporizador com no mínimo 3 velocidades	e)	Desembaçador de vidro dianteiro, limpador com temporizador com no mínimo 3 velocidades
f)	Lavador elétrico de para-brisa dianteiro	f)	Lavador elétrico de para-brisa dianteiro
g)	Espelhos retrovisores de ambos os lados com comandos internos elétricos ou mecânicos	g)	Espelhos retrovisores de ambos os lados com comandos internos elétricos ou mecânicos
h)	Protetor de cárter	h)	Protetor de cárter
i)	Revestimento do assoalho em borracha ou vinil, já integrado	i)	Tapetes de borracha nos locais destinados ao apoio de pés, incluindo motorista

j)	Demais equipamentos de série não especificados, obrigatórios exigidos pelo CONATRAN	j)	Demais equipamentos de série não especificados, obrigatórios exigidos pelo CONATRAN

Rio de Janeiro, na data da assinatura eletrônica.

APÊNDICE – I

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Estudo Técnico Preliminar 35/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 03604.000468/2026-31

2. Descrição da necessidade

2.1. A execução do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola, operação nacional realizada a cada 10 anos, impõe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE um desafio logístico significativamente superior às suas atividades rotineiras. Trata-se de uma mobilização temporária de grande escala, que exige ampliação da capacidade operacional, especialmente quanto à mobilidade das equipes em campo.

2.2. Além disso, o IBGE realiza uma ampla gama de pesquisas contínuas sociais, econômicas, produção e análise de informações estatísticas, geográficas e ambientais, cobrindo todo o território nacional com sua sede no Rio de Janeiro /RJ e rede de 27 Superintendências Estaduais (26 nas capitais dos Estados e 1 no Distrito Federal) e 566 Agências de coleta de dados nos principais municípios.

2.3. O problema identificado está na limitação da atual estrutura de transporte do IBGE, que não possui quantidade, capilaridade ou características suficientes para atender às demandas rotineiras e a extraordinária da operação censitária. Essa limitação se torna ainda mais relevante considerando que muitos estabelecimentos agropecuários estão localizados em áreas remotas, com difícil acesso e infraestrutura viária precária.

2.4. Diante desse cenário, torna-se necessária a disponibilização de meios adequados, seguros e eficientes de deslocamento, de forma a garantir que as equipes de coleta e supervisão consigam cobrir todo o território nacional dentro dos prazos estabelecidos. A mobilidade é fator essencial para o atingimento da missão institucional do IBGE e para o sucesso da operação censitária, já que a coleta depende do contato direto com os informantes.

2.5. O Censo Agropecuário também implicará em um aumento significativo da força de trabalho, com a contratação temporária de recenseadores e supervisores, o que ampliará ainda mais a demanda por deslocamentos. Esses meios serão utilizados com alta rotatividade de condutores, exigindo soluções que garantam flexibilidade e continuidade das atividades.

2.6. Também se faz necessária a adoção de mecanismos eficientes para gestão dos insumos relacionados à mobilidade, considerando o uso intensivo e descentralizado durante o período censitário, demandando mecanismos que assegurem controle, rastreabilidade e economicidade.

2.7. Atualmente, o IBGE conta com uma frota de 1.954 veículos oficiais, cuja vida útil e quilometragem percorrida estão consideravelmente altas. Entre os anos de 2022 e 2025, foi realizado o desfazimento de 388 veículos oficiais em péssimo estado, amplificando a já existente necessidade da disponibilização de veículos.

2.8. O interesse público é evidente, uma vez que a qualidade e a abrangência dos dados coletados são fundamentais para o planejamento e a formulação de políticas públicas no país. Limitações logísticas podem comprometer diretamente esses resultados.

2.9 Dessa forma, cabe à Administração avaliar as alternativas disponíveis no mercado para identificar a solução mais adequada, considerando critérios de eficiência, economicidade e viabilidade operacional, de modo a assegurar a plena execução do Censo e a entrega de resultados confiáveis à sociedade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Recursos Materiais	Waldir Fortunato Junior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável (etanol, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998. Admitindo-se motorização diesel, desde que em conformidade com os requisitos legais vigentes, para os veículos assim especificados (por exemplo os Ônibus, Vans, etc).

4.1.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.1.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.1.4. Para o item 2 (4x2) só será admitido a oferta de veículos que possuam eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A ou B do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), na Comparação Relativa na Categoria. Para os itens 1, 3 e 4 (4x4, vans e caminhões) será admitido oferta de veículos que possuam eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, B, C ou D do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), na Comparação Relativa na Categoria.

4.1.5. Todos os veículos deverão ser equipados com itens de segurança exigidos por lei.

4.1.6. Considerando que a fabricação/industrialização de veículos automotores se enquadra nas atividades previstas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.7. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.1.7.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.1.7.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: (a) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; (b) lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; (c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e (d) outras formas vedadas pelo poder público

4.1.8. As exigências de sustentabilidade visam contribuir para as ações de estímulo do uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, reduzindo o impacto negativo das atividades do Órgão no meio ambiente com a adequada gestão de resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de segurança e da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

4.1.9. O Plano de Gestão de Logística Sustentável do IBGE está em processo de elaboração.

4.2. Contratação

4.2.1. A contratação deverá ser feita utilizando o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços (SRP), regulamentado pelo Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, com critério de julgamento baseado no menor preço

4.2.2. A escolha da forma de contratação apresenta-se como medida administrativa eficiente e vantajosa para o Órgão, garantindo a aquisição paulatina dos quantitativos na medida das necessidades do Órgão, bem como a melhor gestão dos recursos orçamentários. Além disso, o SRP constitui ferramenta que garante a celeridade na contratação, evita a repetição de processos licitatórios por aquisição, padroniza os bens entre as Superintendências do IBGE, racionaliza gastos públicos mediante a obtenção de preços mais vantajosos decorrentes da contratação em escala e permite flexibilidade no atendimento às demandas, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

4.2.2.1. O disposto no item acima, alinha-se com o art. 3º do Decreto n. 11.462, de 2023, incisos II e III:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:
[...]

II - **quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - **quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade**, inclusive nas compras centralizadas; (Brasil, 2023)(Grifos da equipe de planejamento)

4.2.3. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período, conforme o art 22 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

4.2.4. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação.

4.2.5. Haja vista a urgência da contratação, não será admitida a participação de outras UASGs.

4.2.6. Contudo, posteriormente à conclusão do Certame e Registro de Preços, será admitida a adesão (carona) por parte de outros órgãos, desde que devidamente demonstrado que os veículos descritos neste Estudo Técnico, possuem características que atendam ao órgãos que pretende aderir a Ata.

4.3. Amostra

4.3.1. Considerando que o objeto desta contratação se refere à disponibilização de veículos automotores padronizados e disponíveis no mercado nacional, não se faz necessária a apresentação de amostras ou protótipos. Os veículos poderão ser avaliados e comprovados por meio de especificações técnicas, catálogos, certificados de conformidade e demais documentos comprobatórios exigidos no edital. Dessa forma, a dispensa da apresentação física de amostras ou protótipos contribui para a simplificação do processo licitatório, sem comprometer a verificação da conformidade dos bens com as exigências técnicas estabelecidas.

4.4. Materiais

4.4.1. Os objetos a serem contratados, enquadram-se como bem comum, consoante ao Art 6º, XIII, da Lei 14.133/2021, pois veículos automotores, independentemente do porte ou tração, possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, devendo ser licitados obrigatoriamente pela modalidade Pregão. Assim, isso afasta os objetos alvos deste Estudo da classificação como "bem de luxo", respeitando-se o estabelecido no art. 20, da Lei nº 14.133/21 e Decreto nº 10.818/2021.

4.4.2. O CATMAT que contem as especificações mais próximas das desejadas dos veículos "4x4" é o 631334.

4.4.3. O CATMAT que contem as especificações mais próximas das desejadas dos veículos "4x2" é o 482079.

4.4.4. O CATMAT que contem as especificações mais próximas das desejadas dos veículos "Van" é o 256729.

4.4.5. O CATMAT que contem as especificações mais próximas das desejadas dos veículos "Caminhão" é o 620526

4.5. Garantias

4.5.1. O prazo mínimo de garantia será de **24 (vinte e quatro) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do bem.

4.5.2. A garantia deve abranger a manutenção corretiva, incluindo substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, realizados pela Concessionária ou Credenciado que entregou o (s) Veículo (s) ou por assistência técnica autorizada, conforme normas técnicas específicas.

4.5.3. Não será exigida garantia de execução contratual, considerando-se que o prazo para entrega será de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do contrato, e o pagamento apenas se dará mediante efetiva execução do objeto, entendeu-se mais eficiente não onerar excessivamente a contratada, de forma que possa impactar a competitividade do certame ou elevar injustificadamente os preços ofertados.

4.6. Subcontratação

4.6.1. A presente aquisição não permitirá subcontratação, pois o objeto possui características peculiares que exigem a execução direta pela empresa licitante vencedora, que comprovou tal aptidão técnica, impossibilitando a transferência para terceiros que não passaram pelo mesmo rigor de seleção.

4.7. Reserva de cotas para micro e pequenas empresas

4.7.1. Considerando o estabelecido no inciso I, art. 4º, da Lei nº 14.133/21, não serão aplicadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pois trata-se de licitação para aquisição de bens, cujo valor estimado é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.7.2. Adicionalmente, considerando que as próprias montadoras/Fabricantes majoritariamente participam de licitação deste tipo, não será admitida a reserva de cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (art. 8º do Decreto n. 8.538, de 2015), consoante ao que dispõe o art. 10 do Decreto n. 8.538, de 2015, inciso II:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

[...]

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

4.8. Participação de consórcios

4.8.1. Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas em consórcio é admitida nas licitações públicas, desde que observados determinados requisitos legais, tais como a apresentação de compromisso de constituição, indicação da empresa líder, possibilidade de somatório de capacidades técnicas e econômico-financeiras, vedação à participação múltipla e responsabilidade solidária entre os consorciados.

4.8.2. Todavia, o art. 18, inciso IX, da mesma Lei estabelece que a fase preparatória do processo licitatório deve conter a motivação quanto à possibilidade ou não de participação de empresas em consórcio.

4.8.3. Considerando a natureza do objeto desta contratação — aquisição de veículos automotores padronizados para atendimento às demandas do IBGE —, verifica-se que se trata de fornecimento de bem amplamente disponível no mercado nacional, com diversos potenciais fornecedores habilitados individualmente a atender integralmente ao objeto.

4.8.4. Dessa forma, não se justifica a participação de empresas em consórcio, pois não há necessidade de agrupamento de capacidades técnicas ou financeiras para viabilizar o fornecimento. A vedação contribui, ainda, para a simplificação da fase de habilitação e para a maior celeridade do processo de contratação.

4.8.5. Assim, no presente caso, fica vedada a participação de empresas em consórcio, com a devida fundamentação no Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

4.9. Participação de cooperativas

4.9.1. A Lei nº 14.133/2021 admite a participação de cooperativas em licitações públicas, desde que atendidas as condições previstas em lei, como a regular constituição e funcionamento da entidade, a atuação em regime efetivamente cooperado, a possibilidade de execução do objeto por cooperados que detenham qualificação equivalente e, no caso de cooperativas de trabalho, que os serviços estejam relacionados ao seu objeto social. No presente processo, que tem por objeto a aquisição de veículos automotores destinados as demandas do IBGE verifica-se que se trata de fornecimento de bem amplamente disponível no mercado nacional, com diversos potenciais fornecedores habilitados individualmente a atender integralmente ao objeto e assim, não será admitida a participação de cooperativas.

4.10. Condições de entrega

4.10.1. O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato firmado, decorrente da Ata de Registro de Preços, em remessa única, a qual será emitida pelo Gestor do Contrato e conterá todos os dados necessários ao fornecimento dos produtos.

4.10.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.10.3. Os bens deverão ser entregues nas concessionárias das capitais de cada estado da federação.

4.10.3.1. O licitante deverá declarar que possui concessionárias em cada capital dos Estados da federação. Aqueles que em algumas capitais não possuam as concessionárias, deverão no prazo de até 30 dias da assinatura do contrato apresentar credenciados, contendo: nome do credenciado, nome do representante legal, telefone comercial, telefone celular, endereço completo que farão as entregas e revisões no prazo de garantia de 24 (vinte quatro) meses.

4.10.4. Será formada uma Comissão de Recebimento provisório por estado da federação, que fará a inspeção *in loco* e retirada dos veículos na concessionária indicada conforme critérios definidos no Termo de Referência.

4.10.5. Os locais de entrega e estimativa dos itens registrados pelo Órgão Gerenciador serão informados junto ao contrato e conterão todos os dados necessários da empresa a ser contratada e dos produtos a serem fornecidos, considerando a distribuição por Unidade da Federação.

4.10.6. Os locais de entrega e os quantitativos estimados podem sofrer alterações, visto que o crédito orçamentário provém do orçamento do 12CensoAgro.

4.10.7. Os veículos deverão ser entregues com toda a documentação CRVL e emplacados em nome do instituto, conforme dados estipulados no contrato. Registra-se que o IBGE é uma autarquia federal e, portanto, está isenta de pagamento de IPVA, de acordo com Art. 150, VI, 'a' da Constituição Federal de 1

4.11. Margem de preferência

4.11.1. Conforme dispõe a legislação vigente, a margem de preferência é aplicável a produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, com o objetivo de estimular a indústria nacional e fomentar o desenvolvimento tecnológico no país.

4.11.2. No entanto, em consulta ao Anexo da **Resolução CICS/MGI nº 7, de 23 de dezembro de 2024, verifica-se que o objeto desta contratação** — veículos automotores destinados ao atendimento das demandas do IBGE não se enquadra entre os bens e serviços beneficiados pela aplicação de margem de preferência.

4.12. Da Carta de Solidariedade

4.12.1. Segundo a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, conhecida como Lei Ferrari, estabelece que:

Art . 1º A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.

[...]

Art . 3º Constitui objeto de concessão:

I - a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelo produtor;

II - a prestação de assistência técnica a esses produtos, inclusive quanto ao seu atendimento ou revisão;

4.12.2. Deste modo, para fins de habilitação exigir-se-á, em caso de Licitante que se enquadre como "distribuidor" nos termos do inciso II da mesma lei, Carta de Solidariedade ou documento análogo que comprove o direito a comercializar os veículos da fabricante, que esteja(m) descrito(s) em sua Proposta Comercial.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Com base na identificação e comparação dos diferentes aspectos qualitativos, em termos de benefícios e obstáculos para o alcance dos objetivos da contratação, apresenta-se a análise das alternativas possíveis para composição da frota:

5.1.1. Solução 1. Manutenção e modernização da frota já existente – a manutenção da frota atual apresenta elevado custo e baixa disponibilidade operacional. Veículos antigos demandam manutenções frequentes, comprometendo sua confiabilidade, segurança e eficiência na execução das atividades do IBGE, especialmente em operações de grande escala, como as censitárias. Embora represente menor necessidade de investimento imediato, essa alternativa não atende adequadamente aos requisitos de continuidade, eficiência e segurança operacional.

5.1.2. Solução 2. Locação de veículos – A locação de veículos apresenta vantagens relevantes, como maior agilidade na disponibilização da frota, inclusão de manutenção, seguro e tributos no contrato, além da reposição rápida em caso de falhas ou sinistros. Trata-se de solução altamente flexível, especialmente adequada para variações de demanda e operações temporárias. Entretanto, considerando a capilaridade do IBGE e o elevado quantitativo de veículos necessários em caráter permanente, a adoção exclusiva dessa solução pode implicar custos recorrentes elevados ao longo do tempo. Adicionalmente, a gestão e fiscalização contratual em escala nacional demandariam estrutura administrativa robusta. Contudo, diferentemente de uma análise restritiva, verifica-se que a locação é especialmente eficiente quando aplicada de forma **pontual e estratégica**, notadamente em demandas sazonais, projetos específicos ou picos operacionais, nos quais a flexibilidade supera o custo adicional.

5.1.3. Solução 3. Aquisição de veículos novos - Exige elevado desembolso inicial de recursos de capital, nem sempre disponíveis para a Administração Pública, porém proporciona maior controle operacional, padronização da frota e redução de custos unitários no longo prazo, especialmente em demandas contínuas e previsíveis. Além disso, o modelo de aquisição permite ganhos de escala por meio do processo licitatório, favorecendo a economicidade e a adequação às necessidades institucionais. Trata-se, portanto, de solução robusta para estruturação da capacidade permanente do Órgão.

5.1.4. Solução 4. Leasing de veículos – Apresenta limitações relevantes, como menor autonomia da Administração sobre os veículos, restrições contratuais, menor flexibilidade de customização e, frequentemente, custo total superior ao da aquisição final do contrato. Dessa forma, não se mostra adequado como solução estruturante de longo prazo.

5.2. Aspectos Orçamentários e Operacionais

5.2.1. Registra-se que os recursos destinados ao programa possuem natureza de investimento (capital), o que favorece a aquisição de veículos para estruturação da frota permanente. Por outro lado, a locação configura despesa de custeio, devendo ser utilizada de forma planejada e compatível com as disponibilidades orçamentárias específicas para esse tipo de despesa.

5.2.2. Sob a ótica operacional, a adoção exclusiva de qualquer das soluções apresenta limitações:

- A aquisição integral pode gerar rigidez operacional e eventual ociosidade em períodos de baixa demanda;
- A locação integral pode elevar custos e aumentar a dependência de terceiros, especialmente em operações de grande escala.

5.3. Conclusão:

5.3.1. A análise comparativa das alternativas demonstra que nenhuma solução isolada atende de forma plena às necessidades do IBGE.

5.3.2. Dessa forma, a alternativa mais adequada é a adoção de um **modelo híbrido de composição de frota**, estruturado nos seguintes termos:

- **Aquisição de um quantitativo estratégico de veículos próprios**, destinado ao atendimento das atividades contínuas, permanentes e previsíveis do Órgão, assegurando controle operacional, padronização e economicidade no longo prazo;
- **Contratação de serviços de locação de veículos**, de forma complementar, para atendimento a demandas temporárias, projetos especiais, operações censitárias e situações de pico, garantindo flexibilidade, escalabilidade e rapidez na resposta operacional.

5.3.4. Essa abordagem permite otimizar a aplicação dos recursos públicos, conciliando investimento e custeio de forma eficiente, além de reduzir riscos operacionais, evitar ociosidade e assegurar a continuidade dos serviços.

5.3.5. Adicionalmente, o modelo possibilita maior aderência às variações de demanda inerentes às atividades do IBGE, especialmente em um contexto de atuação nacional e operações de grande escala.

5.3.6. Assim, conclui-se que a composição mista entre frota própria e locação representa a solução mais eficiente, econômica e alinhada ao interesse público, devendo orientar a estruturação da estratégia de mobilidade do Órgão.

5.3.7. O presente estudo tratará apenas da aquisição de veículos, devendo ser elaborada contratação diversa para a locação dos veículos que comporão a frota do IBGE.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objeto foi fracionado em 4 (quatro) itens, de modo a viabilizar e ampliar a competição entre os licitantes sem, contudo, comprometer a uniformidade e qualidade dos itens.

Tabela 1 - Fracionamento do Objeto

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	AUTOMÓVEL 4 X 4, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	Unidade	400
2	AUTOMÓVEL 4 X 2, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	Unidade	374
3		Unidade	6

	AUTOMÓVEL VAN, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2		
4	AUTOMÓVEL CAMINHÃO, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	Unidade	2

6.2. Especificações técnicas dos veículos

6.2.1. Será admitida a oferta de veículo que possuam eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, B, C ou D do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), na Comparação Relativa na Categoria.

6.2.1.1. Será solicitado, durante o julgamento da proposta, cópia da Etiqueta do produto ofertado, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o veículo possui eficiência energética equivalente às classificações elencadas no item anterior.

6.2.1.2. Não será admitida a oferta de veículo tipo "híbrido".

6.2.1.3. Referente ao item 2.7.e - Altura do solo, para fins de padronização, os valores numéricos compreendidos no intervalo de 18,6 a 18,9 serão arredondados para 19, seguindo o critério de arredondamento para o número inteiro mais próximo, conforme as diretrizes da ABNT NBR 5891.

Tabela 2 - Especificações Técnicas Mínimas - Veículos 4x4 e 4x2

ITEM 1 - AUTOMÓVEL TIPO 1 - 4 X 4		ITEM 2 - AUTOMÓVEL TIPO 2 - 4 X 2	
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS			
1	Características Mínimas	2	Características Mínimas
1.1		2.1	
a)	Cabine dupla com capacidade para 5 (cinco) passageiros, com motorista	a)	Veículo com capacidade para 5 (cinco) passageiros, com motorista
b)	4 portas	b)	4 portas
c)	Cor branca	c)	Cor Branca
d)	Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano de fabricação da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo cuja versão seja a mais atualizada evitando adquirir um modelo anterior	d)	Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano de fabricação da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo cuja versão seja a mais atualizada evitando adquirir um modelo anterior
e)	Veículo automotor, tipo camionete pick-up, montada sob estrutura de chassi ou monobloco, com carroceria em aço e original de fábrica, compartimentos de	e)	Veículo automotor, montada sob estrutura de chassi ou monobloco, com carroceria em aço e original de fábrica,

	passageiro e carga em ambientes separados, pintura original de fábrica, dotada com capota marítima		compartimentos de passageiro e carga em ambientes separados, pintura original de fábrica.
1.2	Motorização	2.2	Motorização
a)	Potência mínima 190 cv	a)	Potência Mínima de 98 cv
b)	Combustível: Diesel	b)	Combustível: Gasolina / Álcool
c)	Número de cilindros: 4 cilindros	c)	Número de cilindros: 3 cilindros
d)	Aspiração: turbocompressor	d)	Aspiração: turboalimentado ou natural
1.3	Transmissão	2.3	Transmissão
a)	Automática, com mínimo de 6 (seis) velocidades, sendo 1 de ré	a)	Manual, com mínimo de 6 (seis) velocidades, sendo 1 de ré
1.4	Suspensão	2.4	Suspensão
a)	Dianteira: Independente com molas helicoidais e barra estabilizadora ou braços sobrepostos ou oscilantes; Traseira: independente e barra estabilizadora, eixo rígido ou multilink	a)	Dianteira: independente; Traseira: eixo de torção
1.5	Freios	2.5	Freios
a)	Dianteiro: Disco ventilados; Traseiro: tambor	a)	Dianteiro: Discos ventilados ou sólidos; Traseiro: tambor
1.6	Direção	2.6	Direção
a)	Direção: Hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica, originais de fábrica	a)	Direção: Hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica, originais de fábrica
b)	Pneus dianteiros e traseiros, no mínimo R16 ou superior	b)	Pneus dianteiros e traseiros, no mínimo R16 ou superior
1.7	Dimensões	2.7	Dimensões
a)	Comprimento entre 4.800 mm e 5.400 mm	a)	Comprimento entre 4.000 mm e 4.500 mm

b)	Largura: entre 1.700 mm e 1.918 mm	b)	Largura: entre 1.600 mm e 1.850 mm
c)	Altura do veículo mínima de 1.600 mm	c)	Altura: entre 1.400mm e 1.850 mm
d)	Distância entre eixo de 2.900 mm e 3.300 mm	d)	Distância entre eixo de 2.500 mm e 2.700 mm
e)	Altura mínima do solo de 19 cm	e)	Altura mínima do Solo de 19 cm
1.8	Equipamentos	2.8	Equipamentos
a)	Ar-condicionado de fábrica	a)	Ar-condicionado de fábrica
b)	vidro elétrico de fábrica nas 4 portas	b)	vidro elétrico de fábrica
c)	Trava elétrica de fábrica	c)	Trava elétrica de fábrica
d)	Air Bag frontais e laterais de fábrica	d)	Air Bag frontais e laterais de fábrica
e)	Parabrisa traseiro: com desembaçador e limpador com temporizador de no mínimo uma velocidade; Parabrisa dianteiro: com desembaçador e limpador com temporizador de, no mínimo, três velocidades.	e)	Parabrisa traseiro: com desembaçador e limpador com temporizador de no mínimo uma velocidade; Parabrisa dianteiro: com desembaçador e limpador com temporizador de, no mínimo, três velocidades.
f)	Lavador elétrico de para-brisa dianteiro	f)	Lavador elétrico de para-brisa dianteiro
g)	Espelhos retrovisores de ambos os lados com comandos internos elétricos ou mecânicos	g)	Espelhos retrovisores de ambos os lados com comandos internos elétricos ou mecânicos
h)	Protetor de Câter fabricado com chapa de aço	h)	Protetor de Câter fabricado com chapa de aço
i)	Tapetes de borracha nos locais destinados ao apoio de pés, incluindo motorista	i)	Tapetes de borracha nos locais destinados ao apoio de pés, incluindo motorista
j)	Demais equipamentos de série não especificados, obrigatórios, exigidos pelo CONTRAN	j)	Demais equipamentos de série não especificados, obrigatórios, exigidos pelo CONTRAN

Tabela 3 - Especificações Técnicas Mínimas - Vans e Caminhões

ITEM 3 - AUTOMÓVEL VAN - 15 LUGARES		ITEM 4 - CAMINHÃO COM BAÚ	
	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS		
3	Características Mínimas	4	Características Mínimas
3.1		4.1	
a)	Capacidade: 15 passageiros, Tração: Dianteira e PBT: 3.500 kg	a)	Caminhão leve/VUC com baú de carga seca, cabine simples 3 lugares, tração 4 x 2; Abertura de porta total na traseira do Baú PBT mínima 5.000 kg
b)	3 portas	b)	2 portas dianteiras e 2 portas traseiras no baú
c)	Cor branca	c)	Cor Branca
d)	Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano de fabricação da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo cuja versão seja a mais atualizada evitando adquirir um modelo anterior	d)	Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano de fabricação da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo cuja versão seja a mais atualizada evitando adquirirum modelo anterior
3.2	Motorização	4.2	Motorização
a)	Motor: 2.2 Turbo Diesel	a)	Motor turbo diesel
b)	Combustível: Diesel	b)	Combustível: diesel
c)	Número de cilindros: 4 cilindros	c)	Número de cilindros: 4 cilindros
d)	cilindrada: 2.143 cm³	d)	Cilindrada: 2.998 cm³
e)	Potência: 136 CV	e)	Potência: 156 cv
f)	Alimentação: Injeção Direta	f)	Injeção: Cammon Rail
3.3	Transmissão	4.3	Transmissão

a)	Manual, com mínimo de 6 (seis) velocidades, sendo 1 de ré	a)	Manual, com mínimo de 6 (seis) velocidades, sendo 1 de ré
b)	Embreagem: monodisco a seco		Embreagem: monodisco a seco
c)	Tração: Dianteira ou traseira		Tração: Traseira
3.4	Dimensões	4.4	Dimensões (Chassi)
a)	Comprimento: 5.998 mm Largura: 2.494 mm Altura: 2.492 mm Altura mínima do sol: 20 cm Entre eixo: 4.035 mm		Comprimento: 5.440 mm Largura: 2.025 mm Altura da cabine: 2.280 mm Diâmetro de giro: 10,9 m Entre eixo: 3.000 mm
			Dimensões (Baú)
		b)	Comprimento interno: 3,2 a 3,6 m Largura interna: ~2,1 m Altura interna: 2,0 a 2,2 m Volume: 14 a 16 m³ Peso do Baú: 450 a 650 kg (seco)
3.5	Suspensão	4.5	Suspensão
a))	Dianteira: Independente McPherson	a)	Dianteira: Independente com molas helicoidais, barra estabilizadora ou barra de torção
b)	Traseira: Eixo rígido com molas semielípticas	b)	Traseira eixo rígido com molas parabólicas
3.6	Freios	4.6	Freios
a)	Dianteiro: Disco ventilados Traseiro: tambor ou sólido	a)	Dianteiro: Disco ventilados Traseiro: tambor ou sólido
3.7	Direção	4.7	Direção
a)	Direção: Hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica, originais de fábrica	a)	Direção: Hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica, originais de fábrica

3.8	Equipamentos	4.8	Equipamentos
a)	Ar-condicionado de fábrica	a)	Ar-condicionado de fábrica
b)	vidro elétrico de fábrica na cabine dianteira	b)	vidro elétrico de fábrica na cabine dianteira
c)	Trava elétrica de fábrica na cabine dianteira	c)	Trava elétrica de fábrica na cabine dianteira
d)	Air Bag dianteiros de fábrica	d)	Air Bag dianteiros de fábrica
e)	Desembaçador de vidro dianteiro, limpador com temporizador com no mínimo 3 velocidades	e)	Desembaçador de vidro dianteiro, limpador com temporizador com no mínimo 3 velocidades
f)	Lavador elétrico de para-brisa dianteiro	f)	Lavador elétrico de para-brisa dianteiro
g)	Espelhos retrovisores de ambos os lados com comandos internos elétricos ou mecânicos	g)	Espelhos retrovisores de ambos os lados com comandos internos elétricos ou mecânicos
h)	Protetor de Câter fabricado com chapa de aço	h)	Protetor de Câter fabricado com chapa de aço
i)	revestimento do assoalho em borracha ou vinil, já integrado	i)	Tapetes de borracha nos locais destinados ao apoio de pés, incluindo motorista
j)	Demais equipamentos de série não especificados, obrigatórios, exigidos pelo CONTRAN	j)	Demais equipamentos de série não especificados, obrigatórios, exigidos pelo CONTRAN

6.2.1. A definição dos modelos dos bens levou em consideração as atividades desenvolvidas pelo IBGE, de acordo com as características necessárias para suprir a demanda.

6.3. Locais de entrega

6.3.1. Os veículos tipo tracionado 4 x 4 e 4 x 2, serão entregues em todas as capitais da federação.

6.3.2. Os veículos tipo Van e Caminhão, serão fornecidos apenas no estado do Rio de Janeiro e deverão ser entregues na Administração Central do IBGE na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

6.3.3. Os locais de entrega dos veículos constantes nos itens 1 e 2, são aquele descritos no item 4.10.3, deste Estudo Técnico.

6.3.4. Abaixo estão detalhados os endereço das das sedes das Superintendências Estaduais do IBGE, a fim de demonstrar a necessidade de entrega nas capitais de cada estado da federação:

Tabela 4 - Endereços das sedes das Superintendências Estaduais do IBGE

PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS				
UF	UNIDADE	CNPJ	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
AC	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE NO ACRE	33.787.094/0004-92	RUA BENJAMIM CONSTANT Nº 907 - CENTRO	RIO BRANCO
AL	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE EM ALAGOAS	33.787.094/0005-73	EDF.NORCON EMPRESARIAL, Nº 2789, 7º ANDAR, SALA 706, MANGABEIRAS	MACEIÓ
AM	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE NO AMAZONAS	33.787.094/0006-54	RUA NOVA PALMA, 200 - NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	MANAUS
AP	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE NO AMAPÁ	33.787.094/0030-84	RUA COARACY NUNES, 170 - 2º ANDAR	MACAPÁ
BA	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE NA BAHIA	33.787.094/0007-35	CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 1ª AVENIDA, Nº 160, 2 ANDAR	SALVADOR
CE	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE NO CEARÁ	33.787.094/0008-16	AVENIDA 13 DE MAIO, 2901 - BAIRRO BENFICA	FORTALEZA
DF	SUPERINTENDENCIA DO IBGE NO DISTRITO FEDERAL	33.787.094/0034-08	Q SBS QUADRA 2, BL H, LT 08	BRASÍLIA
ES	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE NO ES	33.787.094/0012-00	AV. NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, 675 - ENSEADA DO SUA	VITÓRIA
GO	SUPERINTENDENCIA DO IBGE EM GOIÁS	33.787.094/0013-83	AVENIDA 85, 971 - SETOR SUL	GOIÂNIA
MA	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO	33.787.094/0014-64	RUA DE NAZARE E ODYLLO, 49	SÃO LUIZ
MG	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL IBGE MINAS GERAIS	33.787.094/0016-26	RUA OLIVEIRA, 523 - 2. ANDAR - BAIRRO CRUZEIRO	BELO HORIZONTE
MS	SUPERINTENDÊNCIA DO IBGE NO MATO GROSSO SUL	33.787.094/0033-27	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 1431	CAMPO GRANDE
MT	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL IBGE NO MATO GROSSO	33.787.094/0015-45	RUA CORONEL PEIXOTO, PRACA BISPO DOM JOSE, N 17 CENTRO	CUIABÁ
PA	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE NO PARÁ	33.787.094/0017-07	TRAVESSA NOVE DE JANEIRO, 1264 - BAIRRO SAO BRAZ	BELÉM
PB	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE NA PARAÍBA	33.787.094/0018-98	RUA IRINEU PINTO, 94 - CENTRO	JOÃO PESSOA
PI	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE NO PIAUI	33.787.094/0021-93	AV SENADOR AREA LEAO, 2185	TERESINA
PE	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL IBGE PERNAMBUCO	33.787.094/0020-02	AVENIDA DOMINGOS FERREIRA, 1097	RECIFE
PR	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE NO PARANÁ	33.787.094/0019-79	AL. DR. CARLOS DE CARVALHO, 75 - CENTRO	CURITIBA
RJ	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE NO RJ	33.787.094/0022-74	AV. BEIRA MAR, 436 - CASTELO	RIO DE JANEIRO
RJ	FUNDACAO IBGE- ADMINISTRACAO CENTRAL /RJ	33.787.094.0001-40	AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 - CASTELO	RIO DE JANEIRO
RO	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE EM	33.787.094/0031-65	RUA DUQUE DE CAXIAS N.	PORTO VELHO

	RONDÔNIA		1223	
RS	SUPERINTENDENCIA DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	33.787.094/0025-17	AV.AUGUSTO DE CARVALHO, 1205	PORTO ALEGRE
RN	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO IBGE NO RN	33.787.094/0024-36	AV. PRUDENTE DE MORAIS, 161	NATAL
RR	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL EM RORAIMA-SER-RR	33.787.094/0032-46	AV. GETULIO VARGAS, 5795 - CENTRO	BOA VISTA
SC	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL IBGE SANTA CATARINA	33.787.094/0026-06	RUA JOAO PINTO, 60 - CENTRO	FLORIANÓPOLIS
SE	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO IBGE EM SERGIPE	33.787.094/0029-40	AV. BEIRA MAR, 1064 - BAIRRO 13 DE JULHO	ARACAJU
SP	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL IBGE EM SÃO PAULO	33.787.094/0027-89	RUA URUSSUI, 93 - 04.ANDAR	SÃO PAULO
TO	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL EM TOCANTINS	33.787.094/0044-80	401 SUL, CONJ. 01, LT. 17, SALA 106, 1 ANDAR	PALMAS

6.3.4. A quantidade e distribuição a ser atribuída às Superintendências serão disponibilizados, no momento da contratação, baseada no Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV, constante do processo específico de acordo com o Estudo Realizado com base no Sistema Corporativo de Veículos, levando em consideração, os seguintes indicadores:

- Idade Média dos Veículos,
- Quilometragem percorrida no Exercício de 2025;
- Quilometragem total do Veículo; e
- Gastos com manutenção.

6.4. Emplacamento e licenciamento

6.4.1. O emplacamento e licenciamento dos automóveis deverão ser solicitados pela empresa a ser contratada, como primeiro registro e como veículo oficial em nome do IBGE, conforme planilha de distribuição, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, a contar da aprovação da inspeção de conformidade e recebimento definitivo, juntamente com a entrega dos veículos. O IBGE como Autarquia Federal é isento de pagamento de IPVA.

6.4.2. O **Termo de Recebimento Provisório** será realizado pela Comissão de Recebimento no pátio da Concessionária ou credenciado que fará a entrega dos veículos. A empresa a ser contratada deverá, no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos** após a aprovação do **Termo de Recebimento Provisório**, requerer a procuração e os demais documentos necessários ao emplacamento e licenciamento do automóvel.

6.4.3. Os veículos deverão ser entregues livres de quaisquer ônus ou custos de registro, licenciamento e emplacamento na modalidade automóvel oficial, que são de responsabilidade da empresa a ser contratada.

6.4.4. Os veículos somente deverão ser liberados pela empresa a ser contratada para circulação ou para se ausentar da concessionária indicada após o emplacamento e licenciamento, situação em que deverá figurar como proprietário do automóvel, o órgão contratante do bem.

6.4.5. Os custos de transporte, frete, seguros, despesas tributárias e quaisquer ônus referentes à entrega, correrão por conta da empresa a ser contratada

6.5. Entrega

6.5.1. O prazo de entrega dos bens é de, no máximo, **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da assinatura do Contrato.

6.5.2. Será realizada vistoria *in loco*, por meio de Comissão, devidamente instituída. A Comissão realizará a vistoria *in loco* no pátio da concessionária ou credenciado, indicado pela empresa contratada.

6.5.3. Os bens deverão ser entregues na concessionária autorizada ou credenciado indicado pela empresa a ser contratada em âmbito nacional, localizada no Estado da Federação e no Distrito Federal, em conformidade com as especificações constantes neste ETP.

6.5.4. O recebimento provisório e definitivo do automóvel será realizado mediante inspeção "*in loco*", por uma **Comissão de Recebimento**, formada, por no mínimo 03 (três) servidores, formalmente designados pelas Superintendências do IBGE será realizado no pátio da Concessionária ou Credenciado indicado pela empresa a ser contratada, a fim de realizarem a verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes neste ETP e será realizado:

6.5.4.1. Provisoriamente, na efetiva entrega do quantitativo solicitado, para posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes neste ETP;

6.5.4.2. Definitivamente, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento dos veículos, após verificação da compatibilidade entre os bens entregues e as especificações exigidas nos artefatos, a sua consequente aceitação será mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pela Comissão.

6.5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa a ser contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **30 (trinta) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A Frota Oficial do IBGE é de 1954 Veículos, sendo 1007 veículos em estado de conservação "Bom", 563 Veículos em estado de conservação "Regular" e 386 veículos em estado de conservação "Péssimo", conforme planilha extraída do sistema corporativo do IBGE.

Tabela 5 - Demonstrativo da situação da frota atual do IBGE

Unidade	Total	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
AC	27	20	4	3
AL	38	12	22	4
AM	39	28	2	9
AP	17	1	11	5
BA	159	64	40	55
CE	70	10	25	35
DF	60	31	7	22

ES	41	18	10	13
GO	74	58	10	6
MA	62	6	20	36
MG	180	105	43	32
MS	51	15	24	12
MT	62	20	18	24
PA	87	29	23	35
PB	30	5	20	5
PE	47	32	14	1
PI	55	15	32	8
PR	123	90	23	12
RJ	78	33	22	23
RN	33	16	11	6
RO	27	11	5	11
RR	30	16	11	3
RS	97	75	17	5
SC	79	55	23	1
SE	29	12	12	5
Sede	39	24	13	2
SP	274	184	83	7
TO	46	22	18	6

Total Geral	1954	1007	563	386
Fonte: SDA Veículos				

7.2. Conforme demonstrado nas planilhas do Anexo I, entre 2021 e 2025, o IBGE realizou alienação por doação de 388 veículos oficiais e de acordo com os dados acima ainda se faz necessário a alienação de 386 veículos que estão em processo de desfazimento, totalizando 774 veículos a serem substituídos para recomposição da frota.

7.3. Os veículos a serem distribuídos serão os abaixo relacionados:

Tabela 6 - Demonstração da distribuição de veículos

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	AUTOMÓVEL 4 X 4, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	UM	400
2	AUTOMÓVEL 4 X 2, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	UM	374
3	AUTOMÓVEL VAN, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	UM	6
4	AUTOMÓVEL CAMINHÃO, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	UM	2
Total			782

7.3.1. Cabe esclarecer que, ainda que o total do somatório dos quatro itens resulte em 782 veículos, quando observados apenas os itens 1 e 2, que serão distribuídos (conforme a necessidade) para as Superintendências Estaduais do IBGE, o total é de 774 veículos.

7.3.1.1. Deste modo, o número total de itens que se adquirirá, através deste processo, está alinhado ao levantamento promovido pela equipe de planejamento, sucintamente descrito nos itens 7.1 e 7.2, deste Estudo Técnico, que demonstrou que, atualmente, o IBGE possui um déficit em sua frota oficial de 386 veículos sem condições de uso e que outros 388 foram alvo de desfazimento entre os anos de 2021 a 2025, num total de 774 veículos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 152.721.349,34

8.1. Os preços verificados para cada um dos itens são os abaixo relacionados

Tabela 7 - Resumo do Levantamento de Preços

--	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTADE	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	AUTOMÓVEL 4 X 4, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	UM	400	244.788,34	97.915.336,00
2	AUTOMÓVEL 4 X 2, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	UM	374	137.941,00	51.589.934,00
3	AUTOMÓVEL VAN, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	UM	6	375.775,00	2.254.650,00
4	AUTOMÓVEL CAMINHÃO, conforme especificações mínimas descritas no item 6.2	UM	2	480.714,67	961.429,34
	TOTAL GERAL				152.721.349,34

8.2. Os preços foram originados atendendo ao disposto nos incisos I e II do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021. Buscou-se priorizar registros de compras públicas disponíveis em sistemas oficiais do governo, conforme demonstramos na planilha abaixo.

Item 1

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS - COMPRAS.GOV - VEÍCULO TIPO 1					
ÓRGÃO	UASG	Pregão Eletrônico nº	Data Aquisição	Valor Unitário	Marca
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO EDESEN. REGIONAL	530001	90010/2025	20/01/2026	R\$ 225.845,00	TITANO ENDURANCE
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	154039	90405/2025	29/12/2025	R\$ 276.350,00	S10 2.8 4X4
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. SERGIPE	158134	90058/2025	04/12/2025	R\$ 215.000,00	TORO VOLCANO
JUSTICA DO TRABALHO	80018	90013/2025	21/08/2025	R\$ 277.000,00	L 200 TRITON

CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA	927097	90001/2025	18/08/2025	R\$ 240.000,00	MITSUBISHI
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	135049	90005/2025	28/07/2025	R\$ 256.000,00	MITSUBISHI
MINISTERIO DA SAUDE	257035	90121/2025	21/07/2025	R\$ 215.000,00	FIAT
COMANDO DO EXÉRCITO	160484	90003/2025	19/05/2025	R\$ 265.900,00	TITANO VOLCANO
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	154039	90401/2025	25/04/2025	R\$ 232.000,00	NISSAN FRONTIER
			Média	R\$ 244.788,34	
Fonte: Compras.gov					

Item 2

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS - COMPRAS.GOV - VEÍCULO TIPO 2				
ÓRGÃO	UASG	PREGÃO ELETRÔNICO Nº	Data Aquisição	Valor Unitário
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ACRE – CREA/AC	390001	90007/2025	09/02/2026	R\$ 193.272,00
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE	390002	90013/2025	05/09/2025	R\$ 119.900,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	158092	90049/2025	19/12/2025	R\$ 138.000,00
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	158137	90012/2025	27/02/2026	R\$ 125.000,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-PR	925619	90007/2025	29/07/2025	R\$ 113.533,00
			Média	R\$ 137.941,00

Fonte: Compras.gov

Itens 3 e 4

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS - COMPRAS.GOV - VEÍCULO TIPO 3 - VAN				
ÓRGÃO	UASG	PREGÃO ELETRÔNICO Nº	Data Aquisição	Valor Unitário
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	158383	90006/2025	10/10/2025	R\$ 398.800,00
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE	167559	90001/2025	11/04/2025	R\$ 342.900,00
Universidade Federal de Campina Grande,	159301	90001/2025	22/12/2025	R\$ 340.000,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS	158517	90029/2025	04/12/2025	R\$ 421.400,00
			Média	R\$ 375.775,00
RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS - COMPRAS.GOV - VEÍCULO TIPO 4 - CAMINHÃO				
ÓRGÃO	UASG	PREGÃO ELETRÔNICO Nº	Data Aquisição	Valor Unitário
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL	24201	90003/2025	12/12/2025	R\$ 403.569,00
MINISTÉRIO DA DEFESA	120036	90186/2024	10/09/2025	R\$ 574.575,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE	257034	90015/2025	30/10/2025	R\$ 464.000,00

			Média	R\$ 480.714,67
--	--	--	-------	----------------

Fonte: Compras.gov

8.3. Além disso, por segurança e para confirmação, verificou-se que diversos automóveis, de diferentes marcas e fornecedores, estão contemplados na Tabela FIPE, a qual apresenta os preços médios de veículos no mercado brasileiro, em determinado período. Essa tabela, elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), é amplamente utilizada como referência nacional para transações de compra e venda de veículos, seguros, financiamentos, avaliações judiciais e em procedimentos licitatórios. Ela reflete a média de preços praticados no mercado, com base em dados coletados de milhares de negociações realizadas em todo o país, sendo atualizada periodicamente.

8.4. Ressalta-se, contudo, que **os valores constantes na Tabela FIPE não serão utilizados como base para estimativa de preços nesta contratação específica**, e nada obsta que outras marcas ou fornecedores participem livremente do certame licitatório. Exemplos de marcas e modelos, que estão abarcados nos valores, segundo a tabela FIPE, conforme planilha abaixo:

Item 1 Veículos - 4 x 4

Marca e Modelo	Preço (Fipe)
Ford Ranger XLS 3.0 V6 CD Aut.	R\$ 310.348,00
Toyota Hilux CD 4x4 2.8 Diesel Aut.	R\$ 299.286,00
GM-Chevrolet S10 WT 2.8 TDI CD Aut.	R\$ 290.215,00
Fiat Titano Volcano 2.2 16V Aut.	R\$ 246.930,00
Mitsubishi L200 Triton GLS 2.4 CD Aut.	R\$ 243.336,00
Nissan Frontier SE CD 4x4 2.3 Bi-TB Aut.	R\$ 242.321,00
RAM Rampage Big Horn 2.2 TB CD Aut.	R\$ 226.702,00
Fiat Toro Volcano 2.2 16V Aut.	R\$ 207.371,00
Média	R\$ 258.313,63

Fonte: Tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Item 2 Veículos - 4 x 2

Lista de veículos vendidos como SUV

Veículo	Preço (R\$)
VW TAOS Comfortline 1.4 250 TSI Flex Aut.	R\$ 192.615,00
Toyota Corolla Cross XR 2.0 16V Flex Aut.	R\$ 189.783,00
Honda HR-V EX 1.5 Flex Sensing 16V 5p Aut.	R\$ 167.060,00
Hyundai Creta Comfort TB 12V Flex Aut.	R\$ 146.012,00
Caoa Chery Tiggo 7 SPORT 1.5 Turbo Flex 16V Aut.	R\$ 145.657,00
Peugeot 2008 Active Turbo Flex 5p Aut.	R\$ 135.972,00
Nissan KICKS Play Sense 1.6 16V Flex Aut.	R\$ 131.252,00
Caoa Chery Tiggo 5X SPORT 1.5 Turbo Flex Aut.	R\$ 130.925,00
Fiat Fastback 200 Turbo Flex Aut	R\$ 121.223,00
GM-Chevrolet TRACKER Turbo 12V Flex Aut.	R\$ 120.674,00
VW T-Cross Sense 200 TSI Flex 5p Aut.	R\$ 120.057,00
VW Nivus Sense 200 TSI Flex Aut.	R\$ 118.130,00
Renault Kardian Evolut. Flex TB 12V 5p Mec.	R\$ 111.130,00
Fiat PULSE DRIVE 1.3 8V Flex Mec.	R\$ 103.201,00
Citroën BASALT Feel Flex 6V 5p Mec.	R\$ 96.743,00
Média	R\$ 135.362,77

Fonte: Tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Item 3 Veículos van

LISTA DE VEÍCULOS VENDIDOS COMO VAN	

VEÍCULO	PREÇO
SPRINTER	R\$ 377.012,00
RENAULT	R\$ 343.858,00
Citroën	R\$ 309.090,00
FIAT DUCATO	R\$ 373.356,00
FORD	R\$ 365.706,00
MÉDIA	R\$ 353.804,40

Fonte: Tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Item 4 Veículos Caminhão

LISTA DE VEÍCULOS VENDIDOS COMO CAMINHÃO	
VEÍCULO	PREÇO
MERCEDES-BENZ	R\$ 415.000,00
VOLKSWAGEN	R\$ 427.518,00
IVECO	R\$ 377.877,00
MÉDIA	R\$ 406.798,34

Fonte: Tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A Lei nº 14.133, de 2021, trouxe como princípio, em seu art. 40, V, “b”, que o parcelamento deve ser utilizado “quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso”. Inclusive, no parágrafo §2º, para o parcelamento, devem ser considerados:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

9.1.1. Sendo assim, esta licitação será realizada em itens, com disputa e adjudicação independentes entre si, o que tende a observar o princípio do parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Será realizada contratação para locação de veículos, que comporão a frota em projetos específicos do Órgão.

10.2. Será necessária a aquisição de adesivos veiculares para identificação dos veículos adquiridos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações do IBGE - PCA 2026

i. ID do item no PCA: 311

ii. Categoria, Classe, Grupo: 2320 - VEÍCULOS SOBRE RODAS

iii. Data da publicação no PNCP: 06/05/2025

iv. Identificador da futura contratação: 114601-240/2026

v. ID PCA no PNCP: 33787094000140-0-000019/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de veículos para equipar a sede e as Superintendências do IBGE traz uma série de benefícios significativos.

12.2. Renovar a frota de veículos da Instituição que já se encontra em estado de conservação degradado, disponibilizando veículos adequados, zero km que vão melhorar a produtividade da coleta de dados das pesquisas produzidas pela Instituição, assim como melhorar a segurança dos servidores.

12.3. Por fim, a contratação de veículos representa um investimento direto na infraestrutura operacional da instituição, permitindo que o Órgão cumpra sua missão com excelência.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para que a aquisição dos objetos descritos neste Estudo prossiga de acordo com a legislação e dentro do tempo hábil, são necessárias as seguintes providências:

13.1.1. Designação formal da equipe do Comitê e/ou da equipe de gestão e fiscalização.

13.1.2. Realização das vistorias in loco, no momento da execução.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos no item de “sustentabilidade”, devem ser atendidos outros requisitos, para redução de eventuais impactos ambientais, a exemplo: poluição, ruídos, entre outros.

14.2 A empresa a ser contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º, do Decreto nº 7746/2012, com as alterações impostas pelo Decreto nº 9.178 /2017.

14.3 Devem ser observadas as legislações aplicáveis a aquisição de veículos, ainda que não citadas neste ETP, como a exemplo:

a) Resolução CONAMA n 272, de 14/09/2000 – Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos.

b) Resolução CONAMA n 18, de 06/05/1986 – Dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por veículos automotores – PROCONVE.

c) Portaria INMETRO n 377, de 2011 – Aprova a revisão dos requisitos de avaliação da conformidade para veículos leves de passageiros e comerciais leves.

14.5 O veículo deverá utilizar de combustível renovável (etanol, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660/98.

14.6 Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Justifica-se a viabilidade da aquisição ante toda a análise desenvolvida nos estudos preliminares, consoante a Instrução Normativa nº 58/2022, considerando a demonstração da escolha das soluções de mercados e mostrou a mais econômica e com disponibilidade ampla de mercado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENAN MUNIZ FRANCO

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 14:56:07.

HUMBERTO DA SILVA PALACIO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 15:00:00.

ARTHUR BESSO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 16:44:48.

ANEXO - I

ANEXO I – Histórico de desfazimentos

Número do Processo	Objeto	Qtd. Veículos
0020526.00000268/2021-65	Doação de bens móveis	1
0020526.00000291/2021-26	Doação de veículos para a Prefeitura Municipal de Sebastião Barros	16
0020526.00000275/2021-70	Doação de bens móveis, veículos	2
0020526.00000270/2021-11	Doação de bens móveis, veículos	2
0020526.00000549/2021-44	Desfazimento de veículos (VIA LEILÃO)	38
0020857.00000372/2022-81	Desfazimento de veículos para Prefeitura de Águas Frias	1
0020857.00000381/2022-32	Desfazimento de veículos para Prefeitura de Burica	2
0020857.00000382/2022-05	Desfazimento de veículos para Prefeitura de Vargeão	1
0020857.00000383/2022-75	Desfazimento de veículos para Prefeitura de Mauá	3
0020857.00000384/2022-48	Desfazimento de veículos para Prefeitura de Tucunduva	1
0020870.00000359/2022-34	Desfazimento de veículos FIAT UNO MILLE para o MUNICÍPIO DE CARNEIROS/AL	7
0020870.00000360/2022-07	Desfazimento de veículos FIAT UNO MILLE para o MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ	6
0020870.00000362/2022-50	Desfazimento de veículos FIAT UNO MILLE para o MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE/CE	6
0020870.00000363/2022-23	Desfazimento de veículos FIAT UNO MILLE para o MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA/SP	4
0020870.00000372/2022-71	Desfazimento de veículos FIAT UNO MILLE para o MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU/RJ	6
0020857.00000385/2022-21	Doação de veículos	3
0020857.00000386/2022-91	Doação de veículos	3
0020857.00000387/2022-64	Doação de veículos	2
0020857.00000390/2022-80	Doação de veículos	2
0020857.00000378/2022-16	Doação de veículos	3
0020857.00000391/2022-53	Doação de veículos	3
0020857.00000392/2022-26	Doação de veículos	2
0020857.00000393/2022-96	Doação de veículos	2
0020857.00000394/2022-69	Doação de veículos	2
0020857.00000380/2022-59	Doação de veículos	2
0021309.00000134/2021-14	Doação de veículos	3
0020870.00000340/2022-62	Desfazimento de veículos	1
0020870.00000357/2022-88	Desfazimento de veículos	3
0020857.00000983/2022-74	Processo de desfazimento de veículos Nissan Frontier da UE/SC	1
0020857.00001030/2022-66	Desfazimento de veículos por DOAÇÃO	3
0021309.00000323/2021-52	Doação de veículos, Prefeitura de Itapeçerica da Serra - SP	3
03624.000109/2023-01	Desfazimento de veículos	1
03624.000111/2023-71	Desfazimento de veículos	3
03631.000577/2023-88	Doação de veículos	1
03642.000178/2023-98	Doação Nissan	1
03643.000549/2023-21	Desfazimento de veículos	9
03643.000559/2023-67	Desfazimento de veículos	13
03642.000521/2023-02	Desfazimento de veículos	1

03624.000109/2023-01	Desfazimento de veículos	1
03624.000110/2023-27	Desfazimento de veículos	13
03643.000661/2023-62	Doação de veículos	2
03633.001179/2023-69	Doação de veículos	10
03622.000016/2024-79	Desfazimento de veículos	1
03650.000038/2024-00	Doação veículos UFPA	4
03650.000036/2024-11	Doação veículos UFPB	1
03622.000092/2024-84	Processo de Desfazimento de veículos	2
03622.000101/2024-37	Doação veículo prefeitura Lagoa Alegre	6
03622.000102/2024-81	Doação de veículos para a Prefeitura de Barras/PI	3
03622.000103/2024-26	Doação de Veículos para Prefeitura de Morro do Chapéu/PI	4
03650.000105/2024-88	Doação de veículos a prefeitura de Campo Grande/MS.	9
Total		219

Desfazimentos 2024 e 2025

PLANILHA DE DESFAZIMENTO DE VEÍCULO		
NÚMERO DO PROCESSO	OBJETO	QUANT.
03628.000107/2024-54	FIAT UNO MILLE ECONOMY (8), SUZUKI JIMNY4ALL (1)	9
03628.000272/2024-14	MITSUBISHI PAJERO TR4	1
03628.000273/2024-51	SUZUKI JIMNY	1
03635.000415/2024-91	FIAT UNO MILLE (42),FIAT UNO MILLE FIRE FLEX (14), FIAT UNO MILLE ECONOMY (6), FORD KA (3), VOLKSWAGEN PARATI (1), VOLKSWAGEN GOL (1),	66
03614.000040/2024-15	FIAT UNO MILLE ECONOMY (4), FIAT UNO MILLE ECONOMY FLEX(1), FIAT UNO MILLE FIRE FLEX (3), MIS CAMIONETA (1), L200 GL 4X4(2), L200 TRITON (1), PAJERO TR4 FLEX 4X4 (3), FRONTIER XE 4X4 (1), JIMNY 4ALL(2)	18
03641.000284/2025-43	FIAT UNO MILLE	2
03642.000070/2024-86	MITSUBISHI PAJERO TR4	1
03642.000074/2024-64	NISSAN FRONTIER	1
03642.000072/2024-75	NISSAN FRONTIER	1
03641.000447/2025-98	FIAT UNO MILLE ECONOMY	1
03642.000073/2024-10	FIAT UNO MILLE ECONOMY	1
03641.000421/2025-40	FIAT UNO MILLE (2), FIAT UNO MILLE ECONOMY (1)	3
03641.000424/2025-83	FIAT UNO MILLE ECONOMY(1), FIAT UNO MILLE SMART (1)	2
03641.000423/2025-39	FIAT UNO MILLE EX (1), FIAT UNO MILLE ECONOMY (1)	2
03641.000421/2025-40	FIAT UNO MILLE (2), FIAT UNO MILLE ECONOMY (1)	3
03641.000534/2025-45	FIAT UNO MILLE ECONOMY (2), FIAT UNO MILLE FIRE FLEX (1)	3
03641.000529/2025-32	FIAT UNO MILLE ECONOMY (1), FIAT UNO MILLE FIRE FLEX (1)	2
03641.000536/2025-34	FIAT UNO MILLE ECONOMY (3),VW/PARATI CL(1)	4
03641.000537/2025-89	Fiat Uno Mille Economy	1
03641.000535/2025-90	Veículo Fiat Uno Mille Economy (1), Veículo Fiat Uno Mille Fire Flex (1)	2
03641.000576/2025-86	Fiat Uno Mille	1
03641.000566/2025-41	Fiat Uno Mille	1
03641.000602/2025-76	Fiat Uno Mille (1), Astra Sedan Advantage (1)	2

03641.000600/2025-87	Fiat Uno Mille	1
03641.000585/2025-77	FIAT UNO MILLE ECONOMY (1), SUZUKI JIMNY4ALL (1)	2
03641.000573/2025-42	Fiat Uno Mille	2
03641.000594/2025-68	Fiat Uno Mille	1
03652.000168/2024-14	Fiat Uno Mille (22), SUZUKI JIMNY4ALL (1), JEEP MITSUBISHI (5), FIAT UNO MILLE ECONOMY (1), CAMINHONETE CABINE DUPLA (2), FORD - KA (1)	32
03641.000596/2025-57	Fiat Uno Mille	1
03641.000601/2025-21	Fiat Uno Mille	1
03641.000604/2025-65	Fiat Uno Mille	1
Total		169

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Contrato 19/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2026	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	WEBBER TAVARES DE CARVALHO	11/06/2026 10:52 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	240/2026	03604.000468/2026-31

CONTRATO

(Processo Administrativo nº 03604.000468/2026-31)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com sede na Avenida Franklin Roosevelt, 166, Centro, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0001-40, neste ato representada pelo (a) **[cargo e nome]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no DOU de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 03604.000468/2026-31 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90011/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de veículos leves (4x2 e 4x4), vans (para transporte de passageiros) e caminhões, com vistas a atender a estrutura necessária à realização do 12º Censo Agropecuário, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	AUTOMÓVEL 4 X 4, conforme especificações mínimas descritas no Anexo II do Termo de Referência	631334	Unidade	400		
2	AUTOMÓVEL 4 X 2, conforme especificações mínimas descritas no Anexo II do Termo de Referência	482079	Unidade	374		
3	AUTOMÓVEL VAN, conforme especificações mínimas descritas no Anexo II do Termo de Referência	256729	Unidade	6		
4	AUTOMÓVEL CAMINHÃO, conforme especificações mínimas descritas no Anexo II do Termo de Referência	620526	Unidade	2		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da data de **assinatura do Contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, na data da assinatura eletrônica.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WEBBER TAVARES DE CARVALHO
Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 10:52:24.

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Ata de Registro de Preços 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	WEBBER TAVARES DE CARVALHO	11/06/2026 11:07 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	240/2026	03604.000468/2026-31

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 03604.000468/2026-31

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com sede na Avenida Franklin Roosevelt, 166, Centro, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0001-40, neste ato representado(a) pelo (a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90011/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 03604.000468/2026-31, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de veículos leves (4x2 e 4x4), vans (para transporte de passageiros) e caminhões, especificados no item 1.1. do Termo de Referência, anexo I do Edital de licitação nº 90011/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Prazo garantia
1	AUTOMÓVEL 4 X 4, conforme especificações mínimas descritas no Anexo II			Unidade			24 meses
2	AUTOMÓVEL 4 X 2, conforme especificações mínimas descritas no Anexo II			Unidade			24 meses
3	AUTOMÓVEL VAN, conforme especificações mínimas descritas no Anexo II			Unidade			24 meses
4	AUTOMÓVEL CAMINHÃO, conforme especificações mínimas descritas no Anexo II			Unidade			24 meses

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE UASG 114601.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

ando a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudica

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

--	--	--	--	--	--	--	--	--

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WEBBER TAVARES DE CARVALHO

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 11:07:23.

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

PREGÃO Nº 90011/2026

(Processo Administrativo nº 03604.000468/2026-31)

EMPRESA:	CARIMBO OU Nº CNPJ				
ENDEREÇO:					
CEP:					
TEL:					
CEL:					
INSCRIÇÃO ESTADUAL:					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					
2					
3					
4					
TOTAL					
IMPORTA A PRESENTE PROPOSTA NO VALOR DE: (valor por extenso)					
DECLARAMOS que os a proposta apresentada compreende todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e inteira submissão às condições estabelecidas no Edital do Pregão nº 90011/2026.					
PRAZO DE EXECUÇÃO		VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias corridos.			
Conforme Edital					
GARANTIA		ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA:			
Conforme Edital					
LOCAL DE ENTREGA					
Conforme Edital					
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO					
Conforme Edital		Rio de Janeiro/RJ, ____ de _____ de 2026.			

Dados Bancários da Empresa:

Banco:

Agência:

Conta:

Praça:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

Telefone:

E-mail: